AVANÇOS DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BERÇO DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Selma Venco

Faculdade de Educação – Unicamp, Brasil
selma.venco@gmail.com

Introdução

A presente comunicação visa debater as diferentes faces da privatização gradativa da educação na França, a qual é apoiada pelas políticas sustentadas pela Comunidade Europeia. Intenciona-se apresentar dois aspectos desse fenômeno em um Estado republicano e laico que tem, até então, preservado a escola pública e laica ao longo de sua história: tratam-se do avanço gradativo do ensino privado, e da ação das Fundações e da Rede de associações “Empreender para aprender”.

Na França, as características da educação são oriundas da Revolução Francesa e desde 1789 as escolas vêm sendo criadas para atender a todas as camadas da população.

Contudo, em meados do século XIX duas leis recuperam a possibilidade de se criar escolas privadas, que poderiam, assim voltar-se à motivação religiosa, posto que a laicidade vigorava. Mas, no interior da disputa entre público e privado se inscreve a dimensão do financiamento da educação. Consoante Pellet (2012), a lei Debré de 1959 legitima a transferência de recursos públicos às escolas privadas “sob contrato”¹, bem como a cobrança de mensalidades junto aos responsáveis pelos estudantes.

Mais recentemente, a França vem caminhando no sentido de romper sucessivamente com o Estado do Bem-Estar Social e vem adotando a Nova Gestão Pública, que traz, em seu bojo, a desresponsabilização do Estado e a delegação do seu papel aos segmentos privados. As motivações para tal opção política são mobilizadas por diversos fatores, a iniciar pela defesa por parte dos segmentos alinhados ao neoliberalismo que entendem que a administração pública é ineficaz em contraposição à praticada no privado. As ações passam a ser movidas por valores de atendimento não mais ao cidadão, mas ao “cliente”, por um crescente movimento de descentralização das ações políticas e pela implantação de estruturas em rede, pela substituição de concursos públicos a partir do estabelecimento de contratos e pelo avanço da meritocracia e “performance”.

A política educacional se inscreve nessa lógica e desde os anos 1980 vem paulatinamente descentralizando ações.

¹ Escolas sob contrato (Lei Debré 31/12/1959) refere-se ao ato jurídico vinculando uma escola privada ao Ministério da Educação. O Estado encarrega-se do pagamento dos professores e a escola cobra mensalidades dos responsáveis pelos estudantes e obtém, assim, um duplo financiamento. Sobre isso consultar <http://www.education.gouv.fr/cid251/les-etablisements-d-enseignement-prive.html>.

Privatização da educação para além das cifras

O país em análise investe 6,8% do PIB em educação (Ministério da Educação, 2017) estando entre os cinco maiores países do mundo investidores nessa área e conta com altos percentuais de atendimento nas escolas públicas.

As escolas privadas representam 14% do total de estabelecimentos e 17% de estudantes. De acordo com Pellet (2012) os pais são motivados a buscar a alternativa no setor privado principalmente por compreenderem que o ensino público é ineficiente, mas igualmente pela discordância da escola laica.

Para além dessas questões, a perspectiva de classe se manifesta nas estatísticas, uma vez que as escolas privadas são frequentadas majoritariamente pelas camadas mais favorecidas da sociedade francesa; e, por outro lado, esta condição revela as **fraturas sociais** no país propulsor dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. Sandra Pellet (2012) já as ressaltava apresentando dados concernentes à concentração das classes mais favorecidas nas escolas privadas, perspectiva confirmada pelo estudo de Thomas Piketty (2016) sobre a distribuição das escolas em Paris em 2015: das 175 escolas (públicas e privadas), 60 eram privadas e respondiam por pouco mais de um terço dos estudantes (34%). Há, segundo ele, importante segregação social entre os estabelecimentos parisienses:

(...) observamos um nível absolutamente extremo de segregação social. Nos colégios socialmente mais sofisticados, não existe quase nenhum estudante pertencente às classes menos favorecidas (menos de 1%). No outro extremo, certos colégios possuem mais de 60% de alunos de baixa renda. Obteríamos dados ainda mais extremos se completássemos a análise com outros indicadores permitindo melhor definir o que seriam os estudantes desfavorecidos, como renda dos pais ou nacionalidade de origem dos pais. (PIKETTY, 2016, s/p)

As estatísticas oriundas do Ministério da Educação Nacional revelam o avanço das escolas privadas por região. Entre as escolas de *premier degré* (Ensino Fundamental I no Brasil) Rennes e Bretanha possuem 38% de escolas privadas, enquanto Nantes e Pays de la Loire 34%. Para o *second degré* (Ensino Fundamental II, no Brasil) os percentuais se elevam ligeiramente: Rennes e Bretanha têm 42% cada; Nantes e Pays de la Loire, 41% e Paris, 36%.

Porém, os números e a segregação social parecem não ser razão suficientemente importante para contestar a privatização da educação. Bernard Toulemond, ex-inspetor geral da Educação Nacional e membro do ministério de Jaques Lang, e Le Nevé publicam em 2017 o livro “E se abatêssemos o mamute?” enaltecendo os estabelecimentos privados e contestando o “elefante branco” que é o Ministério da Educação que, para ele, resume-se a um distribuidor de recursos. O modelo por ele defendido é da plena descentralização e autonomia das regiões e das escolas, inclusive para selecionar os professores, uma vez que docentes e sindicatos fazem forte oposição a um modelo mais eficaz.

Fundações e Redes de associações: terceirização do Estado?

As Fundações e Associações na educação francesa atuam segundo os princípios da Nova Gestão Pública.

Tanguy (2016) analisa as políticas para educação na Comunidade Europeia - no período compreendido entre 1980 a 2000 -, a qual desde o Tratado de Maastricht (1992) ressalta a obsolescência das instituições educacionais e reconhece a empresa como a instituição mais afeita à formação de jovens. Segundo a autora, propagam-se, na França, programas reconhecidos, legitimados e financiados pelo governo francês cujo propósito é construir junto aos estudantes das escolas públicas o espírito empreendedor.

Um deles, promovido pela Federação EPA (Empreender para Aprender), oferece três linhas, duas dedicadas ao público da educação básica: “Nossa cidade”, destinado a crianças a partir de 6 anos, cujo

sentido é levá-las a conhecer os serviços oferecidos na cidade nesse movimento para compreender os mecanismos de circulação da moeda no capitalismo; “Mini-empresa”, dedicado aos estudantes dos ensinos fundamental II e médio, reproduzem as várias etapas constitutivas de uma empresa: do produto às estratégias de marketing. A intencionalidade é nítida no programa: a construção dos valores caros ao capitalismo e a exclusão de questões envolvendo, por exemplos, os direitos do trabalhador.

Para ela, o modelo construído no pós II Guerra Mundial, que valorizava a escola como local privilegiado para formar cidadãos, vem sendo substituído por outro – que implica no reconhecimento da empresa como lugar de formação.

As Fundações, por sua vez, são aqui compreendidas como figuras jurídicas que logram desempenhar importante papel no acirramento da redefinição do Estado na contemporaneidade. A Fundação HSBC na França, por exemplo, desenvolve projetos os seguintes programas: a) acesso à educação, bolsas concedidas aos jovens com defasagem escolar; b) conhecimentos práticos: ensino de conhecimentos relacionados à educação financeira, para que saibam gerenciar seu dinheiro; c) empregabilidade e empreendedorismo: com vistas a prepara-los para o mundo do trabalho. As ações, entende-se, distorcem o sentido da educação emancipadora e privilegiam unicamente a perspectiva do capitalismo e enlevam o filantropo-capitalismo (EDWARDS, 2008) a um movimento que transforma a filantropia, de forma a transferir soluções encontradas nas empresas ao setor público.

Considerações

Na nossa perspectiva tal política empresarial distancia-se de qualquer tipo de filantropia, exceto para as próprias empresas. Ao contrário, vislumbram alimentar o *perpetuum mobile* da lucratividade e, ainda, contar com a possibilidade de moldar a futura força de trabalho, segundo seus interesses mercantis e reafirmando seus laços intrínsecos com o Estado.

Referências

EDWARDS, M. Just Another Emperor? The Myths and Realities of Philanthrocapitalism. Disponível em < <https://nonprofitquarterly.org/2008/03/21/just-another-emperor-the-myths-and-realities-of-philanthrocapitalism-2/>> Acesso em 14.fev.2018

PELLET, S, École publique, école privée : une comparaison. Regards croisés sur l'économie, 2012/2 (n° 12), p. 184-188. DOI : 10.3917/rce.012.0184. URL : <https://www.cairn.info/revue-regards-croises-sur-l-economie-2012-2-page-184.htm>

PIKETTY, T. Le gouvernement souhaite-t-il vraiment la mixité sociale ? Disponível em < <http://piketty.blog.lemonde.fr/2016/08/31/le-gouvernement-souhaite-t-il-vraiment-la-mixite-sociale/>> Acesso em 14.fev.2018

TANGUY, L. Enseigner l'esprit d'entreprise à l'école. Le tournant politique des années 1980-2000 en France. Paris: La Dispute, 2016.

TOULEMONDE, B., LE NEVÉ, S. Et si on tuait le mammouth? Les clés (pour vraiment) rénover l'Education national. Avignon: L'Aube, 2017.